

# DA LÍNGUA QUE SEMPRE VAI ONDE O DENTE DÓI: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PAR DE PALAVRAS PRESIDENTA/PRESIDENTE

Laís Virginia Alves Medeiros<sup>1</sup>

Michel Marques de Faria<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo, fundamentado na análise do discurso de linha materialista, analisa materiais que discutem o uso das palavras “presidenta” e/ou “presidente”. Partindo de um acontecimento que trouxe o debate à tona (a eleição de Dilma Rousseff à presidência do país), cotejamos diferentes materialidades que abordam a flexão de gênero em “presidenta”: uma coluna jornalística escrita de 2010, leis e pareceres da década de 1950 e um artigo de opinião com comentário publicado em 2015. A partir de análises ancoradas nas noções de formação discursiva, ideologia, juridismo, língua fluida e língua imaginária, concluímos que o debate a respeito desse par de palavras ultrapassa as esferas linguística e gramatical e permite circunscrever uma tomada de posição de cunho político. Nosso gesto de leitura aponta para a compreensão da inseparabilidade entre língua e político.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Presidenta. Língua fluida. Língua imaginária. Mulher na língua.

## THE TONGUE FINDS THE ACHING TOOTH: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE “PRESIDENTA/PRESIDENTE” PAIR OF WORDS

**Abstract:** This article, based on the analysis of materialist discourse, analyzes materials that discuss the use of the words “presidenta” and/or “presidente”. Starting from an event that brought the debate to the fore (the election of Dilma Rousseff to the presidency of the country), we collate different materialities that approach the gender bending in “presidenta”: a journalistic column written in 2010, laws and opinions from the 1950s and an opinion article with commentary published in 2015. From analyzes anchored in the notions of discursive formation, ideology, legalism, fluid language and imaginary language, we conclude that the debate about this pair of words goes beyond the linguistic and grammatical spheres and allows circumscribe a political stance. Our reading gesture points to the understanding of the inseparability between language and politics.

**Keywords:** Discourse Analysis. “Presidenta”. Fluid language. Imaginary language. Woman in the language.

1 Doutoranda em Linguística (Unicamp). E-mail: [lais.v.medeiros@gmail.com](mailto:lais.v.medeiros@gmail.com)

2 Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista CNPq. E-mail: [michelmarques@id.uff.br](mailto:michelmarques@id.uff.br)

## 1. PALAVRAS INICIAIS

31/10/2010, aproximadamente 20h04min, 92,53% das urnas apuradas e algo dado como certo: o Brasil teria a primeira mulher, Dilma Vana Rousseff, a ocupar o mais alto cargo político: a Presidência da República. A confirmação ocorreria cerca de 9 minutos depois: às 20h13min, o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, anunciou oficialmente a vitória da candidata. Se política e socialmente a vitória de Dilma poderia representar uma conquista importante para as mulheres, linguisticamente era o prelúdio de debates que entrariam para a ordem do dia no que concerne à língua: deveríamos chamá-la de “a presidenta” ou “a presidente”?

Estamos diante de uma questão que, ainda hoje, passados mais de 10 anos após a eleição da primeira mulher para a Presidência do Brasil, não cessa de voltar. Se por um lado “a língua sempre vai onde o dente dói”, nos diz Pêcheux (2014 [1975]) – retomando Lênin – “para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há “alguma coisa por trás”, confirmando a não-resolução da questão” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 77), por outro lado a língua se coloca como uma questão de Estado (cf. GADET & PÊCHEUX, 2010 [1981]). Nesse sentido, o objetivo do presente artigo<sup>3</sup> é analisar como, no decorrer de diferentes momentos históricos, o aparelho jurídico toma parte no debate a respeito da língua e, dessa forma, legitima efeitos de sentidos que, ao abordar questões gramaticais, trazem à tona disputas de sentidos sobre gênero e organização social. A discussão em torno do uso de “presidenta” ou “presidente”<sup>4</sup>, mais do que um sim-

ples emprego de uma palavra flexionada, serve de palco para uma disputa linguística, disputa de uma língua que constitui e atravessa sujeitos, língua que carrega marcas (e nos marca – enquanto sujeitos) da ideologia.

O percurso do presente texto é o de, inicialmente, trazer à baila o texto de José Sarney, publicado no jornal Diário da Manhã (GO). Com isso, lançaremos um gesto de leitura a um dos modos pelos quais o debate sobre as formas “presidenta” e “presidente” compareceu na sociedade. Em seguida, realizaremos um percurso de leitura na lei 2.749 de 1956. Por que voltar à década de 50? É compreensível que o debate acerca de formas femininas na língua tenha se ampliado a partir da eleição de Dilma Rousseff. Entretanto, em nossa história política-social a questão da língua comparece como uma questão de Estado e, assim, questões sobre a forma correta de nomear diferentes cargos públicos quando ocupados por mulheres já é objeto de debate desde o século anterior à referida eleição. Para isso, em nosso gesto de análise, articularemos alguns trechos dos pareceres emitidos durante a tramitação da referida lei no Congresso Nacional. Nessa toada, e para dar a saber das tensões e contradições que afetam e atravessam a língua, realizamos uma breve análise de um texto publicado em 2015 no site Jusbrasil. Todo esse percurso será realizado por um batimento entre teoria e análise para que possamos tecer conclusões provisoriamente finais, visto que se trata de uma problemática que não se esgota em nosso texto e que, certamente, não cessa de voltar.

## 2. A PRESIDENTA OU A PRESIDENTE?

A problemática de formas certas e erradas na língua é motivo de colunas jornalísticas e curiosidades linguísticas e se constitui como um

---

res, como em Dantas (2017) e Stauffer (2019). Aqui, no entanto, nosso objetivo é refletir o par de palavras à luz da análise de discurso materialista e colocando em cena questões sobre gênero e formulação de políticas linguísticas.

3 Uma primeira versão deste artigo foi elaborada no decorrer do curso de extensão “Gênero e políticas públicas: uma abordagem pela Análise do Discurso”, oferecido em 2020 pela Escola de Extensão da Unicamp, ocasião na qual contamos com a leitura da Profa. Dra. Raquel Noronha, a quem agradecemos pelas contribuições.

4 Importante dizer que não estamos diante de uma discussão inédita. Tal tema foi discutido em trabalhos anterior-

arenoso lugar de disputa. São formas, muitas vezes, vendidas como meras questões gramaticais, mas que se colocam como lugares incontornáveis para nos mostrar a potência da língua sendo atravessada pelo social. Nesse sentido, podemos dizer que a eleição de Dilma Rousseff trouxe (novamente, como veremos ao longo das análises) para a ordem do dia a disputa entre as formas “presidenta” e “presidente”. De um lado, temos aqueles que dizem a forma ser perfeitamente adequada para se referir a uma mulher que ocupasse o mais alto cargo do Poder Executivo. De outro lado, estão os que falam que se trata de uma “subversão” da língua, uma invenção (neologismo?), e que a forma correta seria presidente, bastando, assim, a inserção do artigo feminino “a” para dar conta de tal especificidade. Nesse caminho, o texto escrito pelo ex-presidente José Sarney, publicado no Diário da Manhã (GO) em 19/11/2010, disponível no site da Academia Brasileira de Letras<sup>5</sup>, parece nos indicar o tensionamento entre o par de palavras. Vejamos:

As palavras vivem e morrem. A língua está em constante transformação. Não é estática. A todo momento recebe as influências do cotidiano, surgindo novos vocábulos, neologismos que em geral vão buscar suas formas no modo de viver, nos costumes, no comunicar do povo. Said Ali, com sua grande autoridade, em seu “Dificuldades da Língua Portuguesa”, diz que “nem tudo quanto está nos clássicos é para se imitar”.

Agora estamos num dilema que envolve semântica e política. Como tratar a titular eleita da Presidência da República: presidente ou presidenta? Ambas as formas são corretas. Há uma regra antiga de que as palavras com os sufixos ente, ante e inte são comuns de dois gêneros e, assim, comportam o masculino e o feminino.

Exemplos: dirigente, despachante, ajudante, pe-

5 Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 05 abr. 2022

dinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante...

Já governanta não é o feminino de governante, mas vem do francês “gouvernante”, e tem um significado próximo, mas limitado, discriminatório de gênero, de quem administra uma casa. Um trabalho que tende a desaparecer. Isso, contudo, não resolve as dúvidas. Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta.

Presidenta, segundo o “Aurélio”, é “mulher que preside ou mulher de um presidente”, distinta de presidente, que é “pessoa que preside” ou “o presidente da República”. O “Houaiss” fala em “mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país” para definir presidenta e, para presidente, em «título oficial do chefe do governo no regime presidencialista» -substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico.

A Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta. Seguiu a regra da Academia Francesa: “Madame le Président”. Mas a questão é de uma escolha pessoal da senhora Dilma Rousseff. Ela é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político.

Sempre achei que o fato de ser mulher não conseguiria estabelecer uma ligação entre a candidata (Vieira usava pretensor) e as eleitoras. Já no governo vamos ter uma valorização da mulher, e esse vínculo de solidariedade vai surgir com força, a começar pelo modo de tratamento presidenta. O que houve de revolucionário é que o Brasil elegeu uma mulher, após um torneio mecânico. Português e semântica à parte, essa dúvida é prova de uma democracia de oportunidades que envaidece o país: as mulheres com tudo. (SARNEY, 2010).

Logo de início, o texto de Sarney nos diz que “as palavras vivem e morrem. A língua está em constante transformação. Não é estática”. Ao que nos consta, trata-se do delineamento de uma tomada de posição que reconhece a fluidez da língua. No entanto, o autor não se posicionará (ao menos não de forma explícita) nesse sentido. O que veremos é que ele apresentará a escolha entre as formas “presidenta” e “presidente” como um dilema e, nesse sentido, se trata de uma questão que envolve semântica e política. Assim, Sarney nos trará, ainda que de forma simples, os dois movimentos de tomada de posição diante da possibilidade de flexão de gênero no par de palavras apresentado. Esses dois movimentos podem ser compreendidos a partir dos seguintes recortes:

Recorte 1	Recorte 2
Há uma regra antiga de que as palavras com os sufixos ente, ante e inte são comuns de dois gêneros e, assim, comportam o masculino e o feminino.  Exemplos: dirigente, despachante, ajudante, pedinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante...	Já governanta não é o feminino de governante, mas vem do francês “gouvernante”, e tem um significado próximo, mas limitado, discriminatório de gênero, de quem administra uma casa. Um trabalho que tende a desaparecer. Isso, contudo, não resolve as dúvidas.  Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta.

No recorte 1, vemos a existência da defesa de um saber estritamente gramatical, que, ao sustentar a existência de uma regra que indica o substantivo “presidente” como comum de dois gêneros, permite que ele seja utilizado para se referir a mulheres que exerçam a presidência. Esse saber de ordem gramatical é corroborado com a presença dos exemplos que seguem: dirigente, despachante, ajudante, pedinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante. Todos os vocábulos, em uma ordem gramatical, funcionam como substantivos comum de dois gêneros e, assim, marca-se a flexão pela inserção do artigo a/o diante deles. Tais palavras funcio-

nam na esteira da exemplificação de tal “regra antiga”. Com isso, para que não fique dúvidas ao leitor, o autor recorre a um contra-exemplo. É o que vemos no primeiro período do recorte 2. Buscando corroborar tal regra, o autor traz o (contra)-exemplo do vocábulo governanta, no qual, se a flexão ocorrer de forma morfológica (ou seja, na estrutura da palavra), somos levados a um outro funcionamento. Interessante, no entanto, que o autor reconhece (no recorte 2) que tal regra (somada a tais exemplos) não resolve as dúvidas que porventura surjam. Daí, ele reconhecer que “Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta”.

Ora, tal reconhecimento nos conduz a um outro movimento que é visto a partir de novos recortes. Observamos, por ora, o recorte 3.

Recorte 3
Presidenta, segundo o “Aurélio”, é “mulher que preside ou mulher de um presidente”, distinta de presidente, que é “pessoa que preside” ou “o presidente da República”. O “Houaiss” fala em “mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país” para definir presidenta e, para presidente, em “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” -substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico.

Nele, temos o saber de ordem gramatical que não se limita às regras postuladas na gramática. A partir de uma referenciação a dois dicionários, instaura-se um ponto de tensão entre as recomendações e proibições de diferentes instrumentos linguísticos<sup>6</sup>. É interessante observar

6 A partir de Auroux (2014), compreendemos instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionário na medida em que são responsáveis por “engendrar/decompor enunciados” (AUROUX, 2014, p. 72) na língua imaginária, tornando-a, então, representável. No entanto, é importante salientar que “não apenas gramáticas e dicionários são considerados como instrumentos linguísticos. Pensando a HIL no Brasil, fazem parte dessa instrumentação as gramáticas, os dicionários, as obras literárias, os manuais, os programas de ensinos e as leis que tratam sobre a língua. Os instrumentos linguísticos estão em re-



as entradas dos dicionários aportada por Sarney:

Aurélio	Houaiss
Presidenta	
“mulher que preside ou mulher de um presidente”	“mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país”
Presidente	
“pessoa que preside” ou “o presidente da República”	“título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” -substantivo de dois gêneros

Observamos que nos recortes dos dicionários apresentados por Sarney, os vocábulos “presidenta” e “presidente” parecem estar em uma possível intercambialidade. Por que possível intercambialidade? Em um gesto de leitura, compreendemos que tomar presidenta como “mulher que preside”/”mulher que preside (algo)” pode parecer deslizar para indicar a presidência de um país. Esse deslizamento, no entanto, parece ser interdito por um vazio na sintaxe, no caso do Aurélio, ou por uma exclusão indicada pela conjunção ou, no caso do Houaiss. No caso do Aurélio, o vazio na sintaxe possibilita um equívoco e suspende o que se preside. Dizer “mulher que preside” pode significar diferentemente de “mulher que preside um país”, por exemplo. Esse vazio na sintaxe parece funcionar nos termos do que Haroche (2016) formulou como elipse, de um ponto de vista discursivo. Para a autora,

a elipse coloca, de modo crucial, o problema de uma teoria da articulação da gramática com seu exterior. Enunciado formalmente incompleto, mas em que a linguística pressupõe o caráter completo do ponto de vista do sentido, a elipse é o lugar onde se encontram, inevitavelmente, o linguístico e o extralinguístico, formalismo e ideologia, língua e história. (pp. 239-240)

Em outro texto, Haroche (1992 [1984]) nos lembra que “a gramática se esforça em reafirmar o caráter ‘linear’ do discurso e da frase, delimitando tacitamente seu funcionamento global

lação indissociável entre a história, a ideologia e o político” (FARIA, 2021, p 33).

pela elipse, concebida como uma falta necessária e a incisa como um acréscimo contingente” (p. 116, *itálicos da autora*). Essa constatação leva a autora a formular que a elipse e a incisa constituem-se como “lugar onde se exprime a ‘liberdade’ do sujeito, e as zonas de obscuridade e de ambiguidade necessárias à liberdade” (*ibidem*)<sup>7</sup>. Ora, o que veremos adiante com nossa análise, é que, discursivamente, essa liberdade do sujeito é uma ilusão.

Já no Houaiss, a interdição se dá pela conjunção ou. Para a compreensão dessa exclusão, observemos que, em “presidente”, o mesmo dicionário indica que seja o “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista”. Ora, vemos que essa conjunção possibilita uma leitura de que presidenta é, tão somente, a “mulher que se elege para a presidência de um país”, mas que o título oficial se dá pelo uso de “presidente”.

Para além disso, não se pode deixar de destacar que o Houaiss indica, para a forma presidente, que este é um “substantivo de dois gêneros”. É pelo fato de o dicionário, enquanto instrumento linguístico, abonar uma forma que pode ser utilizada para o gênero masculino e o gênero feminino que, em seguida, Sarney escreve ao leitor que “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”. Assim, na medida em que há instrumentos linguísticos (os dicionários referidos por Sarney) que reconhecem a forma presidenta, enquanto outros instrumentos linguísticos postulam a regra do substantivo comum de dois gêneros, a utilização de “presidenta” ou de “presidente” parece ficar à “escolha” do falante. Não apenas dos falantes, mas também dos veículos midiáticos. Nesse sentido, vejamos o recorte 4:

<sup>7</sup> Por questões de espaço, e levando em consideração o escopo do trabalho, não será possível aprofundar-nos nas teorizações de Haroche (1992; 2016) acerca do funcionamento discursivo da elipse e da incisa. No entanto, parece-nos importante pontuar que a autora indicará que, discursivamente, a elipse e a incisa possuem um duplo funcionamento, podendo indicar uma falta ou um excesso. Tal funcionamento, no entanto, não se dá a priori.

A Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta. Seguiu a regra da Academia Francesa: “Madame le Président”. Mas a questão é de uma escolha pessoal da senhora Dilma Rousseff. Ela é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político.

Estamos diante de uma escolha que, de um ponto de vista materialista, entendemos como não voluntarista. Pêcheux (1995 [1975]) explica essa “escolha” a partir do funcionamento dos esquecimentos. O filósofo francês formula dois esquecimentos: o número 2 e o número 1. Sobre o esquecimento nº2, temos que é um esquecimento

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase - um enunciado, formas ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (p. 173, itálicos do autor)

Esse esquecimento é, pois, a ilusão de um sujeito que tudo pode e que tudo diz. Em outras palavras, e ainda com Pêcheux (1995, p. 175, itálicos do autor), temos que o esquecimento número 2 é o que “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante”. O ponto fulcral na compreensão dessa forma de esquecimento é que essa “escolha” e/ou “liberdade” do que Pêcheux chama de sujeito-falante não se dá de forma livre. É apenas um efeito. Isso nos leva, então, a pensar no esquecimento número 1. Trata-se do esquecimento que “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 173). É o que Orlandi (2013 [1999]) chama de sonho adâmico. A ilusão de o

sujeito ser a origem de seu dizer.

Ao pensar nessa “possibilidade” de escolha por parte do falante, não podemos deixar de pensar também no efeito da forma-sujeito do discurso que Pêcheux (1995 [1975]) diz ser

o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como lugar de constituição do que chamamos o imaginário linguístico (corpo verbal). (p. 177, itálicos do autor)

Para a análise que temos empreendido até aqui, gostaríamos de reter três pontos da formulação de Pêcheux (1995 [1975]). Trata-se, pois, de pontos que estão articulados na constituição de uma teoria discursiva de base materialista. Interessa pensar, inicialmente, que quando pensamos no falante (e na instituição midiática) que faz uma “escolha”, estamos trabalhando no funcionamento do esquecimento nº 2. Tanto esse quanto o esquecimento nº 1 não se fazem fora de uma dada formação discursiva. Entende-se por formação discursiva como aquilo

que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. (HAROCHE, PÊCHEUX & HENRY, 2020 [1971], p. 34)

É mister lembrar que aquilo que é dito se insere em uma determinada formação discursiva, fazendo com que signifique de forma diferente. Coloca-se como importante lembrar que pensar nas formações discursivas não é pensar em blocos discursivos fechados – que dão uma aparência de homogeneização. As formações discursivas não são homogêneas. Pelo contrário,

elas são dotadas “de fronteiras bastante porosas que permitem, em determinadas condições, a entrada de certos saberes que lhe eram alheios em um outro momento” (INDURSKY, 2020, p. 313). Mais à frente retornaremos ao funcionamento das formações discursivas. O que parece importante dizer nesse momento, em especial pelos recortes 1, 2 e 3, apresentados anteriormente, é que o texto de Sarney, para significar, inscreve-se em uma formação discursiva que diz respeito a um discurso de ordem gramatical. No entanto, ao jogar para o falante a “possibilidade” de escolher uma forma em detrimento da outra, ou, ainda, ao indicar a “escolha” feita pela Folha de São Paulo, vemos trabalhar as fissuras, a porosidade que constitui as formações discursivas e, assim, temos outros dizeres/saberes trabalhando no processo de significação.

Nesse ponto, gostaríamos de reter uma terceira questão aportada por Pêcheux (1995 [1975]). Ela diz respeito ao imaginário linguístico que, para o autor francês,

deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as ‘evidências’ lexicais inscritas na estrutura da língua, levando-se em conta que as equivalências lexicalizadas entre substituíveis resultam, de fato, do esquecimento (de tipo 1) do discurso-transverso que as une, de modo que essas equivalências aparecem, no que chamamos o imaginário linguístico, como o simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade. Isso marca - parece-nos - a ascendência dos processos ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua e o limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema. (PÊCHEUX, 1995 [1975])

Se há, pois, um imaginário linguístico que circula no texto aportado e traz “evidências” lexicais inscritas na estrutura da língua, e falamos de “evidências” que dizem respeito à “possibilidade” de uma escolha em detrimento de outra, não podemos deixar de desconsiderar, com Pêcheux (1995 [1975]) que tal evidência, tal “escolha”, marca, pois, os processos ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua. Se

há “escolha”, ela não se dá fora dos processos ideológicos-discursivos.

Nesse ponto, não podemos deixar de citar Althusser. Os escritos de Althusser são (uma das) leituras capitais de Michel Pêcheux. E em Althusser podemos compreender o funcionamento da ideologia. Nesse sentido, o autor defende que “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 2013, p.126). Para isso, dirá que “o que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 2013, p.128). É, então, a ideologia quem produz e impõe evidências ao sujeito. No caso do texto apresentado, o efeito ideológico faz funcionar uma ideia de escolha isenta. Ou, nas palavras de Sarney, uma escolha que faz funcionar que “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”.

Ainda em Althusser (2013), temos que a ideologia tem uma existência material e ela tem existência, pois “existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Essa existência é material” (ALTHUSSER, 2013, p.129). Para o autor, a existência material se dá no que ele chamará de Aparelho do Estado. Tais aparelhos podem ser de duas ordens: os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). No presente texto, importa considerarmos os AIE que são os que funcionam

[...] maciça e predominantemente pela ideologia, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica. (Não há algo que se possa chamar de aparelho puramente ideológico). Assim, as escolas e igrejas dispõem de métodos adequados de punição, expulsão, seleção, etc., para “disciplinar” não apenas seus pastores, mas também seus rebanhos. O mesmo se aplica à família... E o mesmo se aplica ao

AIE cultural (censura, entre outras coisas) etc. (ALTHUSSER, 2013, p. 116)

No caso dos AIE, temos que os veículos midiáticos também atuam como aparelhos ideológicos. Se, conforme vemos em Sarney, “a Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta”, não podemos desconsiderar que se trata de uma opção que, por si só, é ideológica. Escolha que (também) é fruto do esquecimento número 2. Não gratuitamente, linhas acima, o autor formula “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”. Nesse sentido, podemos compreender que a utilização de “presidenta” ou de “presidente” diz respeito a uma tomada de posição que se dá pela palavra. Essa compreensão deriva da articulação que fizemos entre teoria e análise em leitura de diferentes materiais que buscam determinar a forma correta de se referir a mulheres quando ocupando espaços de poder. Esses materiais demonstram que a discussão atravessa décadas sem possibilidade de consenso. São os movimentos de análise desses materiais que apresentaremos na próxima seção.

Contudo, antes de finalizar a presente seção, gostaríamos de tecer uma última (e breve) consideração sobre o texto de Sarney. Vemos, ao final dos recortes 3 e 4, respectivamente, as seguintes questões:

“mas presidenta tem mais um peso político que linguístico”.

“Ela [Dilma] é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político”

Vemos que há, pois, uma tentativa de separar o político do linguístico. Ao indicar que a forma presidenta possui mais peso político que linguístico e que Dilma, ao optar por uma

forma em detrimento de outra, vai considerar o aspecto político, há aí um imaginário que diz sobre escolhas em relação à língua: é como se escolhas políticas (e, por isso, também ideológicas) não perpassassem pela língua. Desconsidera-se que, e aqui retomamos Orlandi (2007, p. 8), a língua é um “corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Nessas searas, a compreensão de tal questão está para além do saber gramatical. Para além de uma questão linguística (de língua?), temos posta uma questão que permite a compreensão de um dos modos como a língua se coloca como uma questão de Estado (nos termos de Gadet e Pêcheux, 2010 [1981]). O que podemos compreender é que tal problemática é uma disputa linguística, política e social.

### 3. UM GESTO DE LEITURA DA LEI 2.749/56

O texto de Sarney analisado na seção anterior data de 2010 e, embora mencione gramáticas e dicionários, não apresenta referências temporais que nos permitam contextualizar a discussão gramatical acerca de “presidenta” nos instrumentos linguísticos. Considerando que Dilma Rousseff, no Brasil, foi a primeira mulher eleita para o cargo da presidência da nação, é compreensível que o debate tenha se ampliado a partir desse acontecimento. No entanto, a forma correta de nomear diferentes cargos públicos quando ocupados por mulheres já é objeto de debate desde o século anterior à referida eleição. É para um outro momento desse debate que voltamos nosso olhar agora, procurando compreender, de um ponto de vista analítico, como os sentidos sobre “presidenta” (e demais referentes) se atualizam entre a repetição do mesmo e a irrupção do novo<sup>8</sup>.

8 Fazemos referência, aqui, à distinção teórica entre paráfrase e polissemia. Conforme Orlandi (2013 [1999]), enquanto a paráfrase diz respeito àquilo que se mantém entre os dizeres, permitindo a estabilização, a polissemia diz respeito ao deslocamento, à possibilidade de irrupção de novos sentidos diante dos já estabilizados.



Começamos nosso percurso analítico pela Lei 2.749. Publicada em 1956, ela objetiva dar “norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas” (BRASIL, 1956). No gesto de leitura da referida lei, também articulamos trechos dos pareceres emitidos durante a respectiva tramitação no Congresso Nacional.

Quando falamos em leis que regulam a língua, adentramos um tópico abordado pela teoria das políticas linguísticas. Tal campo de estudos, segundo Sousa e Soares (2014), volta seu olhar para os diferentes modos como a língua é praticada, quais crenças circulam a seu respeito e como as diferentes formas de gestão estabelecem sua normatização.

essas dimensões foram categorizadas por Bonacina-Pugh (2012) como políticas linguísticas praticadas (para se referir a dimensão das práticas), políticas linguísticas percebidas (para se referir a dimensão das crenças) e políticas linguísticas declaradas (para se referir a dimensão da gestão). (SOUSA, SOARES, 2014, p.103)

Desde a perspectiva teórica adotada neste artigo, entendemos que as divisões não funcionam de modo tão estanque e que o funcionamento da língua, quando atravessado por normas e decretos, remete à distinção estabelecida por Orlandi (2009) entre língua imaginária e língua fluida. Nas palavras da autora, “a língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua” (ORLANDI, 2009, p. 18). Nesse sentido, compreendemos que muitas das normas que buscam estabelecer o que é certo e errado na língua estão fundamentadas nessa língua imaginária, que não corresponde de forma simétrica à língua em uso. Esta última pode ser mais bem compreendida a partir da definição de Orlandi (2009, p. 18) para a língua fluida: “a língua movimento,

mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas”.

É na relação entre essas duas línguas, portanto, que se localiza o debate que trazemos para análise. Como primeiro material, trazemos a Lei 2.749 de 1956, que visa normatizar o gênero nos nomes designativos daqueles que ocupam funções públicas. Ela apresenta três artigos, a saber:

Art. 1º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprêgo oficial de nome designativo de cargo público:

“O gênero gramatical dêsse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genéricamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome”.

Art. 2º A regra acima exposta destina-se por natureza as repartições da União Federal, sendo extensiva às autarquias e a todo serviço cuja manutenção dependa, totalmente ou em parte, do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1956)

Nossa atenção se volta para o artigo 1º. Nele, dita-se que o emprego oficial do nome designativo de cargo público se dará por meio do gênero gramatical e deve seguir os preceitos gramaticais que se consagraram na lexeologia do idioma. Nesse sentido, se forem variáveis, devem assumir, conforme o caso, a forma masculina ou

a forma feminina. Para ampliar a compreensão da redação do presente artigo, apresentamos o parecer 54 de 1955 da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Nas primeiras linhas do referido parecer, consta que:

Merece aprovado o projeto de n.º 11, de 1954. Justificou-o magistralmente o seu autor, o eminente Senador Mozart Lago, a cujo espírito lúcido não escapam já não dizemos subtilezas de linguagem senão que as lidimas formas de nosso dizer escoreito. Sempre nos surpreendeu aqui, na Capital Federal, o masculinizar de designação conferida à mulher no exercício de cargos público. Lê-se o deputado Ivete Vargas, o escrivão Beltrana de tal, o jurado, Fulana, o taquígrafo Sicrana. No interior, ao que nos parece, de há muito se eliminou tal solecismo, tal erro de gramática. Em Goiás, v. g., se elegeu e reelegeu distinta senhora à assembléia Legislativa; e natural, rigorosa, portuguêsmente se chama à legisladora goiana deputada Berenice Teixeira.

Observa-se, a partir da exemplificação aportada acima, que ele parece caminhar para a sustentação do que nos diz o artigo 1º da lei de 1956: quando possível, respeitando os preceitos tradicionais, deve-se flexionar em masculino ou feminino a designação daquele que ocupa cargo público. Assim, se causava surpresa, na Capital Federal, o fato de ocorrer o emprego da forma deputado Ivete Vargas, ao invés de deputada Ivete Vargas, a referida lei busca “corrigir” tal questão. Vê-se, ainda, que o emprego da forma masculina ao designar mulheres ocupantes dos cargos é apontado, no parecer, como um solecismo, como um erro gramatical. De um ponto de vista discursivo, podemos identificar um atrito entre as línguas imaginária e fluida: diante do movimento da língua fluida, a permanência da designação masculina para se referir a profissionais mulheres é algo que causa surpresa, e deve ser modificado a partir do poder e da legitimidade da língua imaginária - regulando por lei uma modificação motivada pela impressão de estranheza dos falantes.

A (tentativa de) regulação da língua por leis e decretos nos remete às reflexões de Lagazzi (1988) sobre o juridismo: trata-se da inscrição do funcionamento do jurídico, com a desigualdade de poderes que lhe é própria, também nas relações pessoais, que, a princípio, não seriam necessariamente regidas por leis. Nas palavras da autora: Essas relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência, presentes nas mais diversas situações e diferentes contextos sociais, levam as pessoas a se relacionarem dentro de uma esfera de tensão, permeada por direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas. Temos, assim, um juridismo inscrito nas relações pessoais. (LAGAZZI, 1988, p. 21)

Ainda que nosso objeto de análise não seja um recorte dos discursos que circulam nas relações pessoais, destacamos da reflexão da autora o atravessamento constante das relações desiguais de poder. Relacionamos essa desigualdade à tensão entre língua imaginária e língua fluida: no texto das leis, o que vemos funcionar é uma predominância da língua imaginária, que legitima como se deve falar uma língua que, em tese, seria comum a todos - mesmo àqueles que não têm acesso às regras postuladas por gramáticas, leis e decretos. Se Lagazzi (1988) reflete sobre a desigualdade de poder inscrita nas relações pessoais, propomos pensar essa desigualdade marcada na divisão entre a língua fluida e a língua imaginária<sup>9</sup>.

A tensão entre essas línguas nos remete novamente à noção de formação discursiva anteriormente referida. Quando pensamos na normatização da língua por leis e decretos, na mobilização de diferentes palavras para os mesmos referentes, identificamos um movimento de restrição e autorização não apenas sobre o

9 É interessante destacar que Orlandi (2009), ao contextualizar a observação que a conduziu a essa categorização de língua fluida e língua imaginária, exemplifica essa divisão a partir de uma relação posta numa comunidade indígena entre o pastor, que “guarda a língua estável, a normatizada, a que tem unidade”, e a população, que “já falam uma língua que não tem essa unidade ‘original’”, de onde se conclui que “quem ‘sabe’ a língua é o pastor”.

que pode e deve ser dito, mas também sobre o como se diz.<sup>10</sup> Nesse sentido, é o saber gramatical que parece traçar os limites de como dizer o que pode e deve ser dito; no que se refere à lei em análise, para não cometer “erros de gramática”, é necessário fazer a flexão de gênero para se referir à mulher que ocupa cargo público. Uma consequência possível desse parecer e dos saberes que o sustentam seria, portanto, a flexão de gênero extensiva a todos os cargos públicos. A continuidade do parecer, no entanto, desvia dessa possível conclusão, como segue:

De uma feita buscaram ouvir a Mario Barreto, conhecedor profundo, que era, de nossa língua e a quem tanto respeitava Rui Barbosa (cf. “Revista de Língua Portuguesa”, 15 pág. 125), pois se lhe dizia leitor assíduo e um das que lhe acatavam as lições sadias; de uma feita, consulta Mario Barreto sobre o emprêgo da voz juiz aplicada à mulher, dest’arte respondeu: “... antigamente o substantivo juiz, do mesmo modo que em latim, servia para ambas os gêneros. Mas hoje - criação da analogia - essa filha do instinto natural da imitação, princípio que exerce influência larga e fecunda na fonética, na morfologia, na sintaxe, no sentido das palavras e, digamo-lo de uma vez, em todo o domínio da linguagem, diz-se o feminino juiza”. Lá está em “Novos Estudos da Língua Portuguesa”, .1.” ed., pág. 73, o parecer do mestre.(...)

em obra posterior, nos “Fatos da Língua Portuguesa”, pág. 203, ao comentar um passo da “História de S. Domingos” de Frei Luis de Souza, deixou cair Mario Barreto dos bicos de sua pena de ouro: “O famigerado cronista da ordem dominicana empregou a palavra presidente como comum aos dois gêneros. Hoje por analogia, com os biformes em o, a, dá-se a fôrma feminina a alguns desses vocábulos, primitivamente uniformes, terminados em nte, na sua maioria derivados verbais, participios ativos que fazem de nomes e adjetivos. Dissentimos em que a uma senhora se lhe chame presidenta por seu esposo exercer a presidência de uma instituição. Em nosso país, quando a esposa do Presidente da Repú-

blica concorre a uma festa, ninguém diz: assistiu a presidenta, mas sim a esposa do Sr. Presidente da República. Presidenta, é tôda mulher que preside, seja ou não casada e seja ou não presidente o seu esposo”. Bem sabemos que, bastas vezes e merce da eufonia, deve preferir-se, quanto a vocábulos de sufixação ante, ente, inte, o comum aos dois gêneros, visto como, na prática, desaparece a necessidade de se distinguirem os sexos; e, quando há mistér disso, dessa necessidade, antepõe-se aos ditos vocábulos os artigos o, a, os demonstrativos este, esta, esse, essa. aquele, aquela e os possessivos meu, minha.

Destacamos da sequência desse parecer a referência a duas autorias compreendidas, cada qual a seu modo, como autoridades no que diz respeito a língua e gramática. Mario Barreto, descrito como “conhecedor profundo” da língua, e Rui Barbosa, cujo reconhecimento legitima a autoridade atribuída a Barreto. São as produções de Barreto que são citadas como referências para a argumentação apresentada no parecer, que, em sua extensão, é todo apoiado em um discurso que recorre à legitimidade conferida pelo conhecimento gramatical. No recorte selecionado, o parecer aponta a possibilidade de, por analogia, tal como ocorre nos biformes com terminação em -o e -a, ocorrer o emprego feminino aos vocábulos uniformes terminados em -nte. Tal possibilidade é apresentada como uma citação da obra de Barreto. Todavia, o comentário apresentado na sequência da citação constrói sentidos que apontam para uma outra direção: sob a justificativa da eufonia, a possibilidade de flexão é preterida pela manutenção do substantivo comum de dois gêneros, restringindo a identificação do feminino ao uso dos pronomes. Não se nega que ocorra o surgimento de inúmeras formas femininas na língua, formas essas que, como o próprio parecer afirma, se dão em função da ascensão feminina aos cargos antes não ocupados, mas, ao mesmo tempo, busca-se deslegitimar determinadas formas, como, por exemplo, o uso de presidenta.

Enquanto a referência adotada para o as-

10 Uma análise que apresenta essa distinção pode ser encontrada em Medeiros (2016), que reflete sobre a linguagem inclusiva de gênero em diferentes materialidades.



sunto afirma que “presidenta é toda mulher que preside”, sem apresentar adendos a essa flexão, o comentário à citação marca um posicionamento divergente, circunscrevendo uma possível mudança de posição de sujeito dentro dessa Formação Discursiva traçada pelo conhecimento das regras gramaticais. As regras existem, mas a flexibilidade que lhes é própria é mobilizada diferentemente a depender do posicionamento daquele que procura compreendê-las, aplicá-las e explicá-las. E é nesse ponto que entendemos a “escolha” (sempre considerando o funcionamento do esquecimento nº 2, acima referido) por certa palavra do par “presidenta/presidente” como uma tomada de posição que ultrapassa os saberes gramaticais.

Daltoé (2011), em sua tese de doutorado, analisa como as metáforas do então presidente Lula movimentavam sentidos para a língua política. Uma das conclusões da autora, diante das diferentes reações às falas do presidente, é que as questões gramaticais não eram de fato o foco dessas reações, mas um meio possível por onde o verdadeiro incômodo podia eclodir. Nas palavras da autora:

vimos que todos estes efeitos, na verdade, se apresentam como sintomas de uma questão bem mais complexa do que o fato de Lula macular ou não as regras gramaticais; representa, antes, um modo de silenciar a rejeição a um Presidente sem estudo, que vai romper com a tradição da elite no poder. (DALTOÉ, 2011, p. 205)

Aproximando a reflexão da autora à que apresentamos aqui, entendemos que a “eufonia” e demais justificativas que interditam o uso de “presidenta” são também sintomas de uma questão complexa, que diz respeito aos papéis permitidos à mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na vida política, questões que se entrelaçam quando falamos do cargo de presidência. Observemos um outro trecho do parecer citado anteriormente:

E’ do Professor Silva Correia: “Nos últimos tempos tem surgido numerosas fôrmas femininas, que a língua de épocas não distantes desconhecida - e que são como que o reflexo filológico do progresso masculinístico da mulher - hoje com franco acesso a carreiras liberais, de onde outrora era sistematicamente excluída

Se é bem verdade que a língua sempre vai lá onde o dente dói, o parecer nos dá a saber os incômodos<sup>11</sup> que marcam uma discussão a ponto de ser necessário legislar na/com a/sobre a língua. O que incomoda são as formas femininas, a mulher na língua, fruto do “reflexo filológico do progresso masculinístico da mulher”<sup>12</sup>. Se à época da lei analisada estávamos muito distantes, no Brasil<sup>13</sup>, de vermos uma

11 A noção de incômodo é abordada de um ponto de vista discursivo também por Fátima (2020).

12 Agradecemos a preciosidade dessa formulação a leitura atenta e refinada que Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF) realizou de uma primeira versão, um tanto embrionária e totalmente modificada, do texto em tela.

13 A década de 50 do século XX é um momento de grandes movimentações políticas no Brasil. Temos o retorno e suicídio de Getúlio Vargas, o mandato de Dutra e o governo JK. Para Fausto (1995), este último pode ser considerado de estabilidade política. No entanto, se pensarmos os movimentos linguísticos e, portanto, as políticas linguísticas, temos um momento de grande movimentação. Sobre isso, Mariani e Medeiros (2010, p. 10) descrevem que “nos anos 50 do século XX, mais especificamente durante o governo de Juscelino Kubitschek, pode-se observar esse funcionamento político do simbólico em termos de conflitos sobre a língua nacional e, ao mesmo tempo, podem ser depreendidas formas de inscrição de políticas linguísticas nas práticas discursivas de intelectuais, gramáticos, linguistas e escritores. Como em tantos outros momentos peculiares, na história da língua portuguesa no Brasil, estavam em jogo processos discursivos de significação da identidade da língua falada no Brasil como língua nacional. Ao mesmo tempo, estava em jogo também a construção de imagens da sociedade nacional”. Ademais, não se pode deixar de citar a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a partir da portaria 36, de janeiro de 1959. Sobre a NGB, Baldini (2009) nos lembra que a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino [...]. A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca terminado” (BALDINI, 2009, p. 72). A NGB é instituída em 1959.



mulher ocupar o cargo de autoridade máxima da nação, há algo de poder que é característico de qualquer cargo de presidência - seja de um país, seja de um sindicato ou de uma associação de bairro. Nesse sentido, o incômodo com o uso de “presidenta” pode ser sintoma de um incômodo outro: é a mulher no cargo de poder que incomoda, ou, parafraseando Daltoé (2011), a mulher que rompe com a tradição dos homens no poder. O reconhecimento da ocupação de certos lugares (como o de deputada) a partir da flexão de gênero esbarra na ocupação de outros: “presidenta” ultrapassa linhas que não deveriam ser ultrapassadas - gramaticalmente, sustentam as críticas; social e discursivamente, propomos.

#### 4. TENSIONAMENTOS QUE NÃO CESSAM DE VOLTAR...

Ainda que o referido parecer date de um período conturbado da década de 1950, a repulsa à forma “presidenta” não se restringe àquela época, visto que veio à tona quando da eleição de Dilma Rousseff e perdurou durante seus mandatos. A título ilustrativo, apresentamos um texto publicado em 2015 no site Jusbrasil<sup>14</sup>:

ESSA NÃO PODIA DEIXAR DE EXPOR. É UM EXEMPLO ESPETACULAR DE COMO O “POLITICAMENTO CORRETO” É IMBECILIZANTE EM UMA ESCALA GIGANTESCA: (...) Agora, o Diário Oficial da União adotou o vocábulo presidenta nos atos e despachos iniciais de Dilma Rousseff.

As feministas do governo gostam de presidenta e as conservadoras (maioria) preferem presidente, já adotado por jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão, afinal os veículos de comunicação têm a ética de escrever e falar certo.(...)

Sua elaboração se dá a partir de uma comissão designada por meio de portaria em 1957. Ou seja, em torno de um ano depois da promulgação da lei 2.749.

14 Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/154153152/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

Assim, quando queremos designar alguém com capacidade para exercer a ação que expressa um verbo, há que se adicionar à raiz verbal os sufixos ante, ente ou inte. Portanto, à pessoa que preside é PRESIDENTE, e não» presidenta «, independentemente do sexo que tenha.

Se diz capela ardente, e não capela” ardenta “; se diz a estudante, e não” estudanta “; se diz a adolescente, e não” adolescente “; se diz a paciente, e não” pacienta “ Um bom exemplo seria:

“A candidata a presidenta se comporta como uma adolescente pouco paciente que imagina ter virado elegante para tentar ser nomeada representante. Esperamos vê-la algum dia sorridenta numa capela ardente, pois esta dirigente política, dentre tantas outras suas atitudes barbarizantes, não tem o direito de violentar o pobre português, só para ficar contenta.” Assim ela pareceria mais inteligente e menos jumenta.

De forma muito menos decorosa que a mobilizada na lei e em seu parecer analisados anteriormente, o que funciona no texto publicado no site Jusbrasil é a legitimação de certa tomada de posição tendo como delimitação o (suposto) conhecimento gramatical, pautado numa língua imaginária que hierarquiza o que é ou não aceitável - e permite a atribuição, sem constrangimentos, de ofensas como “jumenta” àqueles que não obedecem suas regras. Voltando à tese de Daltoé (2011), entendemos que também na rejeição a “presidenta” funciona a rejeição a algo maior, que, articulando com Lagazzi (1988), entendemos que tem sua expressão interdita pelas relações desiguais de poder que constituem o juridismo. Dada a inserção do juridismo em todas as esferas das relações sociais, “todo mundo sabe que” não se pode acusar, caluniar e/ou difamar figuras públicas sem arcar com possíveis consequências dessas atitudes<sup>15</sup>.

15 Não podemos deixar de destacar um fenômeno que renderia um artigo à parte, e que aqui apenas mencionamos porque entendemos que também constitui um sintoma

No entanto, quando a crítica à personalidade se reveste de crítica linguística, a força da língua imaginária a legitima e a autoriza, permitindo assim que xingamentos como “jumenta” circulem livremente em diferentes espaços sem levantar questionamentos.

Ainda em consulta ao referido texto, chamou-nos atenção a seção de comentários, que possibilita a interação entre os leitores e o autor do texto, da qual selecionamos o seguinte recorte:

Comentário do leitor: Obrigado pela opinião, professor. Contudo, o vocábulo “presidenta” é admitido pelos dicionários da língua portuguesa desde 1872, inclusive constante na relação das palavras do VOLP.

Resposta do autor: Acontece Yago que a admissão pelos dicionários nada mais é do que a demonstração da força do “politicamente correto”, é um fenômeno social como outro qualquer.<sup>16</sup>

O que destacamos dessa interação é o tensionamento das línguas fluida e imaginária quando em funcionamento nos diferentes instrumentos linguísticos. A argumentação que fundamenta a crítica a “presidenta” é baseada em regras gramaticais, dispostas num instrumento linguístico específico: a gramática. Sabemos que esses instrumentos visam a organizar as regras

desse incômodo com uma mulher ocupando o cargo de presidência. No primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, um aumento no preço da gasolina teve como resposta a circulação de adesivos com alto teor misógino: colados na entrada do tanque de gasolina dos automóveis, os adesivos simulavam a então presidenta, numa montagem com as pernas abertas, sendo penetrada (ou estuprada, poderíamos dizer) pela bomba de gasolina. Os protestos e indignação populares contra os aumentos nos preços dos combustíveis é um fenômeno que podemos observar em qualquer governo; já a simulação de um estupro pela bomba de gasolina como forma de protesto só foi observada quando tivemos uma mulher na presidência do país.

16 Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/154153152/presidenta-ou-presidente#coments>>. Adaptado. Acesso em: 05 abr. 2022.

já existentes de uma língua em uso, abrindo espaço inclusive para as mudanças que lhe são próprias. Em consultas a gramáticas descritivas ou normativas, podemos encontrar um mesmo fenômeno explicado e exemplificado de diferentes modos. Tal funcionamento nos demonstra que mesmo nos instrumentos que regulam a língua imaginária há um atravessamento da língua fluida. O dicionário, por sua vez, como um compêndio das palavras que circulam em dada língua, segue uma direção semelhante: ele não determina quais são as palavras existentes, não cria palavras, mas, sim, atesta e legitima seu uso.

No entanto, aquilo que é próprio do funcionamento dos instrumentos linguísticos e compreendido por aqueles que se dedicam aos seus estudos não encontra concordância entre os que se valem da língua como um conjunto de regras que permite hierarquizar de forma pejorativa aqueles que não as conhecem (ou não as aplicam de uma determinada forma). Nesse posicionamento, funciona predominantemente a língua imaginária, numa certa idealização da língua como uma entidade soberana e improfanável: de um lado se encontram aqueles que “têm a ética de escrever e falar certo” e, de outro, aqueles que preferem “violentar o pobre português” ao não seguir dada regra compreendida como a única correta. As derivas da língua fluida, inclusive quando registradas pelos instrumentos linguísticos, figuram nessa tomada de posição como uma “demonstração da força do ‘politicamente correto’”, e não como o registro de uma língua passível de mudanças motivadas em grande parte pelas mudanças sociais.

Isso nos conduz novamente à hipótese de que o que causa incômodo não é a flexão de gênero, por si só, mas a sinalização de uma possível mudança na hegemonia masculina quanto à ocupação dos espaços públicos e institucionalizados de poder. Nesse sentido, a reflexão de Sarney, acima analisada, é precisa: “O que houve de revolucionário é que o Brasil elegeu uma mulher, após um torneiro mecânico”. E não podemos considerar uma mera coincidência que jus-

tamente sejam essas as figuras que tenham seus modos de expressão linguística alvejadas por críticas, mais ou menos veladas, mais ou menos polidas, nos diferentes veículos de comunicação.

## 5. BREVES REFLEXÕES FINAIS: A LÍNGUA CONTINUA TOCANDO ONDE O DENTE DÓI...

Diante do par de palavras “presidenta/presidente”, não foi objetivo do presente texto indicar a forma mais adequada para o uso. Em *Análise de Discurso materialista*, não trabalhamos com o fechamento dos sentidos. Coloca-se, sim, como imperioso refletir sobre os sentidos que buscam sustentar determinadas tomadas de posição. É o caso da polêmica para a flexão de gênero do vocábulo mencionado.

Se pudemos identificar nos materiais que datam de 1955 uma oscilação que, em certos momentos, postula a flexão de gênero para se referir aos cargos ocupados por mulheres e em outros momentos a interdita, a análise dos materiais mais recentes demonstra que essa alternância ainda não cessou. Destacamos, no entanto, uma particularidade: enquanto os materiais da década de 1950 procuravam normatizar a flexão de gênero de forma geral, os materiais mais recentes tratam de um caso específico, com nome e sobrenome: a eleição da presidenta Dilma Rousseff. Na esteira de Daltoé (2011), entendemos que sua eleição, ao abrir uma brecha nas estruturas consolidadas de poder, provoca incômodos que não tocam mais apenas a língua, num âmbito generalizado, mas o (não) reconhecimento de um certo momento político, no qual “o Brasil elegeu uma mulher, após um torneiro mecânico”.

No atrito entre a língua fluida e a língua imaginária, estabelece-se uma autorização para se dizer aquilo que, pelo juridismo, não se pode nem se deve dizer. Se a formação discursiva é aquela que regula ideologicamente, o juridismo é aquilo que regula socialmente. Para isso existem as leis, inclusive as que dizem respeito

às políticas linguísticas. A questão é: a língua obedece a elas?

Não nos parece possível uma resposta fechada e direta para a pergunta acima. No entanto, da perspectiva que adotamos, compreendemos que não. Afinal, a língua tem a sua própria ordem, mas ela é relativamente autônoma, uma ferramenta imperfeita, nas palavras de Paul Henry. Ferramenta imperfeita que (sempre) volta ao dente que dói, não para oferecer um alívio, mas para diagnosticar incômodos e inquietações.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). Um mapa da ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 (1992).

BALDINI, Lauro José Siqueira. Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua. Campinas: RG, 2009.

BRASIL. Lei nº 2.749 de 2 de abril de 1956. Abril, 1956. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L2749.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2749.htm)> Acesso em 27/04/2022.

BRASIL. Parecer 54 de 1955 - Senado Federal. Disponível em <[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1216802&filename=Dossie+-PL+209/1955](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1216802&filename=Dossie+-PL+209/1955)> Acesso em 27/04/2022.

DALTOÉ, Andréia da Silva. As Metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política, 2011. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

DANTAS, Danielle Paiva. Presidente/Presiden-



ta: uma abordagem discursiva da variação linguística. *Revista Philologus*, Ano 23, Nº 69. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2017.

FARIA, Michel Marques de. Arquivo do conhecimento gramatical: uma compreensão discursiva da construção dos saberes sobre formação de palavras com os sufixos -ista e -eiro no Brasil. 2021. 1 recurso online (218 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641253>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FÁTIMA, Wellton da Silva de. Do beijo na telenovela ao repúdio parlamentar: discurso, memória e ideologia. In: LAU, Héilton Diego; FÁTIMA, Wellton da Silva de. (Org.) *Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: efeitos e práticas da/na violência*. v. 2. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1995.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: RG Editora, 2010.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020 [1971].

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. Que sentidos de língua nacional para uma nação marcada pelo enunciado “cinquenta anos

em cinco”?. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Editora RG, 2013.

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, SP Campinas: Pontes, 2013 [1999].

\_\_\_\_\_. *Língua imaginária e língua fluida*. In: ORLANDI, Eni. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009, p. 11-19.

ORLANDI, Eni (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: ed. da UNICAMP, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: ed. da UNICAMP, 1995 [1975].

SARNEY, José. *Presidenta ou Presidente*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 27/04/2022.

SOUSA, Socorro Claudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. Um estudo sobre as Políticas Linguísticas no Brasil. *Revista de Letras*, v. 1, n. 33, 11, 2014.

STAUFFER, Leilane Tolentino. *Presidenta com a: notas sobre marcações históricas e políticas da língua*. *Scripta*, v. 23, n. 47, p. 11-24, 24 maio 2019.

Submissão: abril de 2022.

**Aceite: maio de 2022.**